

O TRABALHO DE MULHERES JORNALISTAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: um estudo de caso dos reordenamentos produtivos no Ceará

Marina Solon¹

UFC

Mayara Araújo²

UFC

Naiana Rodrigues³

UFC

Márcia Vidal Nunes⁴

UFC

Resumo

Este artigo traz reflexões sobre o trabalho de mulheres jornalistas no Ceará durante a pandemia de Covid-19. Com o isolamento social imposto pelo governo do Estado como uma das ações de combate à pandemia, mulheres tiveram que adequar atividades profissionais ao espaço da casa, dividindo a força de trabalho entre a profissão, as tarefas domésticas e o cuidado com a família (BIROLI, 2018; FEDERICI, 2019; HUWS, 2014). Para observar esse cenário, este estudo de caso exploratório (YIN, 2001) se vale de dados obtidos pela pesquisa nacional “Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19”, realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA-USP); e de informações procedentes de entrevistas semi-estruturadas com oito jornalistas cearenses. Os resultados apontam que os regimes de *home office* e rodízio redação-casa, adotados durante a pandemia, aprofundam o cenário já consolidado de precarização do trabalho jornalístico (FÍGARO, 2013; MICK; LIMA, 2013;) e do trabalho de mulheres jornalistas, especificamente (FIGARO, 2018; LELO, 2019;); e geram intensificação do ritmo de trabalho, maior cobrança por produtividade e desgaste psicológico/emocional das profissionais; além de evidenciarem uma divisão sexual do trabalho ainda prevalente, porém seletiva.

¹ Email: solonmarina@gmail.com

² Email: jornalista.mayara@gmail.com

³ Email: naianarodrigues@gmail.com

⁴ Email: marciavn@hotmail.com

Palavras-chave: Covid-19. Rotinas Produtivas. Divisão Sexual do Trabalho. Home Office

Abstract

This article reflects on the work of women journalists in Ceará during the Covid-19 pandemic. With the social isolation imposed by the state government as one of the actions to combat the pandemic, women had to adapt professional activities to their home environment, dividing the workforce between the profession, domestic chores and caring for the family (BIROLI, 2018; FEDERICI, 2019; HUWS, 2014). To observe this scenario, this exploratory case study (YIN, 2001) draws on data obtained from the national survey “How communicators work in times of the Covid-19 pandemic”, carried out by the Communication and Work Research Center (CPCT- ECA-USP); and information from semi-structured interviews with eight journalists from Ceará. The results show that the home office and home-office rotation systems, adopted during the pandemic, deepen the already consolidated scenario of precarious journalistic work (FÍGARO, 2013; MICK; LIMA, 2013;) and the work of women journalists, specifically (FIGARO, 2018; LELO, 2019;); and generate intensification of the work rhythm, higher demand for productivity and psychological / emotional exhaustion of the professionals; in addition to showing a sexual division of labor that is still prevalent, but selective.

Keywords: Covid-19. Productive Routines. Sexual Division of Labor. Home Office

Introdução

A próxima década será decisiva para o jornalismo e a pandemia de Covid-19 já influencia esse futuro: é o que declara a edição 2020 do Índice Mundial da Liberdade de Imprensa, produzido desde 2002 pela Repórteres Sem Fronteiras (ÍNDICE, 2020). O levantamento afirma que a pandemia evidencia e aprofunda a crise vivenciada pelo jornalismo mundial, a qual divide em cinco aspectos: “crise geopolítica (agressividade dos modelos autoritários), tecnológica (falta de garantias democráticas), democrática (polarização, políticas repressivas), de confiança

(suspeita, e ódio direcionado aos meios de comunicação) e econômica (precarização do jornalismo de qualidade)” (ÍNDICE, 2020).

Segundo a organização, crises sanitárias se tornam oportunidades para governos autoritários “tirarem proveito da neutralização da vida política, do espanto do público e do enfraquecimento da mobilização para impôr medidas impossíveis de adotar em tempos normais” (ÍNDICE, 2020). No Brasil, o vírus se incorpora não só aos corpos, mas também às crises política e econômica, tornando-se pauta da polarização vigente por meio, entre outros, de uma indústria de desinformação, que legitima discursos anticientíficos, relativiza a gravidade da doença e politiza, inclusive, prescrições médicas (RUDNITZKI; SCOFIELD, 2020)⁵.

Fortalecido por essa mesma indústria, o Presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), corrobora e estimula a desconfiança a produtores de notícias. Nesse contexto, como alerta a RSF, “especialmente mulheres jornalistas estão cada vez mais vulneráveis, sendo constantemente atacadas por grupos de ódio e apoiadores de Bolsonaro, especialmente nas mídias sociais” (ÍNDICE, 2020).

O jornalismo, por sua vez, tenta retomar o pacto de credibilidade com o público (CHRISTOFOLETTI, 2019), declarando-se como forma confiável de receber orientações sobre formas de contágio e de prevenção da Covid-19. Segundo pesquisa Datafolha, feita em março de 2020, “programas jornalísticos da TV (61%) e jornais impressos (56%) lideram no índice de confiança sobre o novo coronavírus” (MARQUES, 2020), seguidos por programas de rádio (50%) e sites noticiosos (38%). Apenas 12% dos respondentes dizem confiar em informações via *WhatsApp* e *Facebook*. Já de acordo com levantamento da Claro, operadora de TV a cabo no Brasil, a audiência dos canais de notícias aumentou 118% desde que a pandemia foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 12 de março de 2020 (RICCO, 2020).

Contudo, restabelecer um monopólio de saber noticioso (SOLOSKI, 1993) em tempos de pandemia significa exigir uma intensa demanda de trabalho a jornalistas em *home office* - o que causa impacto direto em suas rotinas produtivas, na qualidade do produto final e, principalmente, no bem estar desses profissionais - ou ainda, de maneira mais grave, força-os a colocar suas vidas em risco, cobrindo o

⁵ “A Rede Internacional de *Fact-Checkers* (IFCN), que conta com a coalizão de mais de cem veículos de jornalismo em 50 países, já realizou mais de mil peças de checagem sobre o coronavírus desde o início da epidemia” (RUDNITZKI; SCOFIELD, 2020).

cotidiano de espaços associados à doença (hospitais, cemitérios, espaços públicos com aglomerações), comum nos casos de fotógrafos e cinegrafistas (LUBIANCO, 2020), ou em deslocamentos à redação.

As circunstâncias de precarização se agravam quando tratamos de mulheres jornalistas. Apesar de representarem a maioria da classe no Brasil (MICK; LIMA, 2013), as mulheres sofrem “sensíveis disparidades no tocante à remuneração, à mobilidade profissional e às formas de contratação, não obstante os indicadores de educação formal serem mais elevados entre as mulheres” (LELO, 2019, p.113). A maioria das jornalistas brasileiras têm uma média salarial de até cinco salários mínimos, e poucas são as que recebem remuneração superior a esta faixa de proventos. Há duas vezes mais homens que mulheres em funções que são mais bem remuneradas no mundo do trabalho do jornalismo, o que reflete a dificuldade por elas enfrentada em ascender na carreira (FÍGARO, 2018). Esse dado é particularmente relevante porque, durante a pandemia, por exemplo, o fato de não ocuparem cargos executivos - de direção e edição - significa que, sendo repórteres, estão mais sujeitas aos riscos do trabalho de campo e à maior demanda de produção noticiosa em *home office*.

Além disso, recai sobre elas, historicamente e culturalmente, expectativas de cuidado com a casa e com os filhos. Esse cenário torna-se ainda mais crítico durante a quarentena, uma vez que são obrigadas a unificar os espaços doméstico e profissional. Biroli (2018, p.56) enfatiza que a divisão sexual do trabalho permeia os arranjos de cuidado em âmbito privado, e que mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras. “Cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional”.

Diante dessa conjuntura, este estudo pretende saber: como as mulheres jornalistas do Ceará têm trabalhado durante a pandemia de Covid-19? Quais são suas condições de trabalho, como têm feito para conciliar as diversas demandas que a elas se sobrepõem (profissionais, domésticas, maritais, maternas e pessoais) e de que maneira, na prática produtiva, se reflete uma possível divisão sexual do trabalho? Para tanto, desenvolvemos um estudo de caso exploratório (YIN, 2001), associando aplicação de *survey* (com perguntas abertas e fechadas) a entrevistas semi-estruturadas com oito mulheres jornalistas de diferentes perfis e veículos, que

nos deram um panorama das práticas de trabalho impostas pela rotina de isolamento promovida pela Covid-19 no Ceará.

Mulheres e trabalho

Estudos de Mick e Lima (2013), Adghirni e Pereira (2011) e Fígaro (2013) sobre jornalistas brasileiros descortinam os desafios inerentes ao exercício desses trabalhadores em um cenário de transformações em curso: além da precarização dos vínculos empregatícios e dos baixos salários por longas horas de trabalho, são exigidas dos profissionais habilidades multimídia e adoção de novos critérios de noticiabilidade, baseados nas métricas das plataformas de difusão dos conteúdos - havendo cada vez menos tempo para pesquisa, checagem e reflexão.

As redações convencionais, pertencentes aos grandes conglomerados de mídia, protagonizam uma intensificação da situação de precarização do trabalho já em curso - evidente no cenário de transformações pelas quais o jornalismo vem passando, decorrentes da crise do modelo de acumulação capitalista e da consequente reengenharia de empresas (HARVEY, 2008); da emergência de uma sociedade redacional (produtora de conteúdo e replicadora de atos de jornalismo (STEARNS, 2013); e da democratização das tecnologias midiáticas (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Se o jornalismo se expande ao assumir posto na linha de frente do combate ao Covid-19, as pressões trabalhistas o comprimem. Priorizando a crise econômica à sanitária, o Governo Federal corta gastos às custas dos trabalhadores e das trabalhadoras, provocando suspensão de contratos e demissões massivas⁶. Esse cenário de precarização afeta majoritariamente as mulheres. Isso porque a profissão de jornalista no Brasil é, em sua maioria, desempenhada por mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos. Pelo menos, foi o que revelou a pesquisa sobre “O perfil do jornalista brasileiro”, respondida por 2.731 jornalistas em meio a um universo de 145 mil profissionais, dos quais 60 mil trabalhavam em empresas de mídia (MICK; LIMA, 2013). Elas totalizaram 63,7% dos respondentes da pesquisa, caracterizando

⁶ Amparadas pela MP nº 936, de 1º de abril, diversas empresas de comunicação brasileiras promoveram cortes de até 70% em jornadas de trabalho e salários de profissionais (MANIFESTO, 2020). No Ceará, de acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará (Sindjorce), as empresas Sistema Jangadeiro de Comunicação, Grupo O POVO e portal Cariri Revista negociaram suspensões de até 90 dias e reduções de salários de 25% a 70% (EMPRESAS, 2020).

assim uma disparidade em relação aos homens trabalhando na profissão, diferença essa que, para os autores, só tende a se expandir, dada a presença feminina ser também maior nos cursos superiores.

As mulheres merecem, portanto, uma reflexão sobre quais as repercussões de sua presença no mundo do trabalho. Afinal, a cultura e os ideais do jornalismo são forjados tanto no campo científico quanto no âmbito do trabalho sobre a referencialidade do masculino, contradizendo assim a própria realidade. A feminização do jornalismo está diretamente relacionada com as mudanças produtivas no mundo do trabalho, em particular com a adoção do modo de acumulação flexível (ANTUNES, 2018). Fígaro (2018) esmiúça esse cenário pontuando que o crescimento da população feminina e sua consequente qualificação educacional, na segunda metade do século XX, são algumas explicações para a expansão da força de trabalho feminina.

Mick e Lima (2013, p. 48) afirmam que, no campo jornalístico, “o ingresso massivo de jovens mulheres não produziu ainda reflexos nas posições de mando”. Segundo os autores, “é de se imaginar que, em breve, poderão surgir reivindicações de igualdade entre homens e mulheres na remuneração pelas mesmas funções” (MICK; LIMA, 2013, p.48). Lelo (2019), por sua vez, observa que a presença expressiva das mulheres nas redações não implicou em igualdade de oportunidades, em equivalência funcional ou ainda na ocupação de mais cargos de gestão por mulheres. A feminização do jornalismo, portanto, se erige sob os mesmos parâmetros da dicotomia de gênero do mundo do trabalho como um todo. E isso se deve, conforme Fígaro (2018, p. 581), a fatores históricos que precisam ser suplantados para que haja enfim uma transformação da realidade.

Trata-se, sem dúvida, conforme Bourdieu (2002), de uma tradição incrustada na vida cotidiana, reiterada pela família, pela escola e pelos meios de comunicação. São atitudes e comportamentos naturalizados que colocam a mulher em lugar inferior, subalterno, o que justificaria o trabalho redobrado, jornadas duplicadas e extensas, o papel de cuidadora do lar e dos filhos, entre outras responsabilidades caracterizadas como da mulher. Mas, além desses aspectos, o imperativo é o da dominação de classe por meio da submissão da personalidade, da exploração do tempo, da descaracterização do espírito de cidadania e de autonomia da mulher. Como força de trabalho mais barata, submissa e reprodutora do status quo, a mulher - e, no caso, a mulher jornalista - torna-se ou vítima dessa estrutura ou vítima e guardiã dela. (FÍGARO, 2018, p. 581)

A subalternidade da mulher está, portanto, nos alicerces do capitalismo e mostra-se quando a força de trabalho feminina é relegada a trabalhos do tipo *part time* (trabalho em tempo parcial), à precarização e à desregulamentação, ao lado de outros trabalhadores como imigrantes e idosos (ANTUNES, 1999). Além dessa inferiorização do trabalho da mulher, o capitalismo se apropria e legitima ainda a dupla jornada feminina - na fábrica com o trabalho produtivo e no lar, com o trabalho reprodutivo.

(...) dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (ANTUNES, 1999, p.112).

É importante situar que, historicamente, a questão do trabalho doméstico sempre atravessou a saída da mulher, principalmente de mulheres brancas de classes sociais mais elevadas, do espaço da casa para o mercado de trabalho. Essa estrutura escancarou a questão da divisão sexual do trabalho, um construto social e cultural que define o que seria “trabalho de mulher”, “competência de mulher”, “lugar de mulher” e impõe consequências diretas dessas classificações na rotina de trabalho feminina tanto em casa quanto fora dela. Essa classificação sexista do trabalho direciona às mulheres tarefas domésticas das quais os homens são liberados. Esse trabalho, explica Biroli (2018), seria a base do sistema patriarcal no capitalismo, e consistiria numa estrutura de exploração de trabalho não remunerado das mulheres pelos homens. Isso porque o sistema capitalista precisa de trabalho reprodutivo não remunerado a fim de conter o custo da força de trabalho. Sobre o tema, elucida Federici (2019):

O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta. (FEDERICI, 2019, p. 43)

Assim sendo, o trabalho feminino se tornou sinônimo de trabalho não pago na história do capitalismo. Foi posto como algo naturalmente destinado a ser desempenhado pelas mulheres. Isso porque, sem ele, o Estado capitalista teria que se responsabilizar pelos custos de restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral e que atendessem às demandas de todos, homens e mulheres, que se dedicavam o dia inteiro ao trabalho fora do ambiente doméstico. Diante disso, há a necessidade de forjar nas mulheres essa capacidade inata de exercer o trabalho doméstico. Sobre o tema, Federici (2019) observa que

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. (FEDERICI, 2019, p. 42)

Cisne (2015) reitera que a socialização de homens e mulheres é construída sobre bases desiguais que se organizam em torno de um “essencialismo” que só beneficia os homens e quando deslindado visa conformar as mulheres ao lugar de subalternas e inferiores.

A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcais capitalistas (CISNE, 2015, p. 118).

Biroli (2018) ainda explica que este conjunto de fatores envolvendo o trabalho doméstico também restringe e molda as ocupações da mulher fora de casa, uma vez que também determina contenções de disponibilidade de tempo e aperfeiçoamento profissional. Isso desencadeia consequências em diversos setores laborais. Nos com maquinário tecnológico, por exemplo, as mulheres, quando atuantes, são relegadas a atividades rotinizadas e cujo esforço é intenso e onde não é requerida alta qualificação. Ou seja, a mulher, para o sistema produtivo, sempre foi vista como uma força de trabalho inferior, menor, da qual ele se apropria de forma que as relações de poder tanto no mundo do trabalho quanto na sociedade sejam mantidas. Isso quando ela enfim pôde adentrar no mundo do trabalho, pois como relembra

Fraser (2019), no capitalismo organizado pelo Estado, o trabalhador ideal era o homem pertencente à maioria étnica, chefe da casa e da família.

(...) nas décadas de 1950 e 1960, o salário familiar serviu para definir normas de gênero e para disciplinar aqueles que as infringiam, reforçando a autoridade dos homens em assuntos domésticos e canalizando aspirações ao consumo doméstico privatizado. Igualmente importante, por valorizar o trabalho assalariado, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado apagou a importância social do trabalho não assalariado de cuidado da família e do trabalho reprodutivo. Institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho, ele naturalizou injustiças de gênero e as removeu de contestações políticas (FRASER, 2019, p. 30).

Nesse contexto, o salário familiar é um tipo de ideal social e constitui-se como a base do sustento da família. Nessa conta, o salário feminino, quando existia, era apenas um complemento ao salário do marido, que sempre precisava ser maior que o da mulher para garantir a sustentabilidade de todos. (FRASER, 2019, p. 29). Na década de 1960, momento histórico em que essas questões estavam na superfície da vida social, as mulheres se organizaram em torno de um movimento que ficou conhecido como a segunda onda do feminismo, cujo foco de classe e da crítica contra o capital se expandiu graças ao olhar interseccional que as feministas passaram a adotar. Essa interseccionalidade, explica Akotirene (2018), permitiu que as feministas enxergassem a colisão das estruturas que compõem o patriarcado capitalista, este baseado em critérios de gênero, mas também de raça e classe social.

As feministas ampliaram, então, a luta contra as injustiças relativas às mulheres para o âmbito privado, trazendo para a cena de debate questões, entre outras, relativas ao trabalho doméstico. “Com o benefício da visão retrospectiva, podemos dizer que elas substituíram a ideia monista e economicista de justiça por uma compreensão tridimensional mais ampla, que envolve economia, cultura e política” (FRASER, 2019, p. 32). A interseccionalidade permitiu que as feministas canalizassem muitas de suas energias na crítica ao androcentrismo - superioridade do masculino - por meio, por exemplo, da desconstrução da ideia de que os trabalhos domésticos e reprodutivos de cuidado da família eram exclusividade das mulheres. Elas também questionaram a subordinação da mulher ao homem dentro do matrimônio e no campo político e ainda a segmentação de gênero nos mercados de trabalho.

O intuito das ativistas era transformar as estruturas sociais mais profundas, dentre elas o capitalismo, e para tal ampliaram esforços em descentralizar o trabalho assalariado e valorizar as atividades não assalariadas realizadas, sobretudo, pelas mulheres. Até porque o tempo gasto pela mulher nas atividades domésticas vem aumentando a despeito do uso de mais eletrodomésticos, vendidos como utensílios para tornar o trabalho no lar menos penoso e mais rápido. Nos anos 1960, a mulher comum gastava cerca de 60 horas por semana com o trabalho doméstico. Em 1970, esse tempo aumentou para 70 horas. (HUWS, 2014, p. 35).

Hoje, além das tarefas de cuidado de crianças e idosos, da limpeza e provimento de alimentação para a família, a mulher também realiza o que Huws (2014, p. 36) denomina de trabalho de consumo.

Com áreas do trabalho remunerado sendo automatizadas e racionalizadas - em busca de maximização dos lucros e de eficiência e minimização dos custos do trabalho - cada vez mais o trabalho de consumo (como foi denominado por Batya Weinbaum e Amy Bridges) gratuito é impingido aos consumidores - em outras palavras, às mulheres enquanto donas de casa.

Huws (2014, p. 31) olha para a má remuneração das mulheres nas novas indústrias tecnologizadas e observa que elas estão sujeitas “aos piores efeitos das novas tecnologias”, sendo superexploradas. Uma das situações controversas que podem colaborar para essa hiper exploração do trabalho das mulheres é o teletrabalho ou *home office*, condição de trabalho que cresceu com a pandemia de Covid-19 no Brasil.

A relação das mulheres em teletrabalho, como aponta Huws (2017), também é marcada pela assimetria e opressão de gênero. Conforme a autora, desde meados dos anos 1980, quando o teletrabalho se torna mais visível, ele deixa de ser uma prática comum ao homem, mais precisamente ao artista autônomo, e passa a ser encarada como uma situação concernente às mulheres que “colocam a família em primeiro lugar”. Essa formação discursiva e ideológica (FIORIN, 1988) machista considera o trabalho feminino como menos importante que o masculino, como “algo que deve ser encaixado entre as tarefas de esvaziar o penico do vovô e lavar a fralda do bebê” (HUWS, 2017, p. 120).

Em termos produtivos, o teletrabalho adere com os princípios da flexibilidade (ANTUNES, 1999; 2018), sendo uma das opções do sistema de trabalho flexível, que

se torna cada vez mais popular graças ao desenvolvimento tecnológico, o qual possibilita a realização de muitas atividades de forma remota e em menos tempo.

Visto como aumento de produtividade e de redução de custos, sobretudo para o empregador, o trabalho *home office* se descola da visada de gênero e passa a ser justificado por outras lógicas, sendo uma delas a empreendedora.

Por essa perspectiva, os teletrabalhadores mudaram sua imagem novamente. Mais uma vez é provável que eles sejam homens (...) e não sejam percebidos como atados aos compromissos domésticos, mas agentes livres, motivados a trabalhar longas horas para se estabelecerem na competição aberta do mercado. O problema para o qual eles representam uma solução é a “cultura da dependência”; sua função é revigorar a economia, cortar os números dos beneficiários de programas sociais e injetar vida nova os valores tradicionais de autoconfiança do mercado livre (HUWS, 2017, p. 125).

Para ser uma prática legítima e hegemônica, o *home office* não pode ser visto como uma condição de trabalho exclusiva das mulheres, daí sua legitimidade se ancorar hoje mais nos anseios produtivos e na razão neoliberal, do homem-empresa (DARDOT; LAVAL, 2013) do que na ideia de proximidade com a família e o lar. Mesmo assim, para as mulheres, ele pode significar o embaralhamento entre trabalho produtivo e trabalho doméstico a ponto de elas não conseguirem determinar uma jornada específica para o trabalho profissional, deixando o tempo livre encurralado entre o tempo do trabalho remunerado e o tempo do trabalho doméstico.

É importante ressaltar que a pandemia de Covid-19 impôs, extraordinariamente, que algumas mulheres jornalistas entrem em rotina de *home office*, tendo ainda que, dentro dela, exercer o trabalho doméstico, que culturalmente permaneceram sob a responsabilidade direta ou indireta das mulheres, tal como mostra as entrevistas com jornalistas que vamos pormenorizar mais adiante.

Daí porque Huws (2017) conclama que uma atitude de melhora das posições do trabalho da mulher seja tomada ou não só suas condições de degradação se aprofundarão ainda mais como a de todos os trabalhadores remunerados.

Assim como trabalhadores remunerados descobriram que a socialização dos meios de produção não os liberta das condições opressivas e alienantes do trabalho, e começaram a demandar seu próprio controle sobre o processo de trabalho como um meio de libertação, as mulheres também devem demandar alguma forma de controle sobre os meios de consumo e de serviço para se libertarem das condições alienantes e opressivas do trabalho doméstico (HUWS, 2014, p. 30).

A ênfase na ruptura com as opressões provenientes do trabalho doméstico se dá porque com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a aceitação de que dois assalariados devem sustentar a família, o capitalismo deu o androcentrismo como resolvido. Quando, na verdade, a aceitação da força de trabalho feminina só ratificou o que já se mostrava na realidade e supriu deficiências que o sistema apresentava como:

a queda dos níveis salariais, a diminuição da segurança no emprego, o declínio dos padrões de vida, o aumento abrupto do número de horas trabalhadas em troca de salários por família, a exacerbação da dupla jornada de trabalho - agora frequentemente uma jornada tripla ou quádrupla - e o aumento de lares chefiados por mulheres (FRASER, 2019, p. 38-39).

Outra artimanha do capitalismo neoliberal que, de certa maneira, vai ao encontro da crítica da segunda onda feminista versa sobre a autoridade. Ao passo que as feministas questionam toda forma de figura autoritária masculina que subjuga as mulheres de modo pessoal, o novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2009) também ataca a autoridade tradicional, tida como empecilho à expansão do capital. Apesar dessa coincidência, Fraser (2019) adverte que o feminismo precisa se diferenciar do neoliberalismo e não permitir que ele ressignifique os argumentos das feministas. A luta contra a autoridade não deve, por conta disso, ser abandonada, porém, ela deve se desdobrar na crítica ao próprio capitalismo que “mesmo promovendo certa libertação, apenas substitui um modo de dominação por outro” (FRASER, 2019, p.44).

Diante do exposto, esse artigo visa observar se as mulheres trabalhadoras do campo jornalístico se sentem oprimidas por conta do seu gênero e de novas rotinas produtivas impostas no mundo do trabalho do jornalismo em um contexto social marcado pelos temores do adoecimento e do desemprego decorrentes da incidência da pandemia de Covid-19. Acreditamos que a doença, com suas consequências a curto prazo, como o confinamento social, aliada às cobranças de produtividade inerentes ao modelo de gestão neoliberal (ANTUNES, 1999) e à essencialidade do trabalho informativo do jornalismo em noticiar as dimensões múltiplas da crise nacional (que tem repercussões sanitária, econômica, educacional, ética e cultural) coloca mais peso na balança das desigualdades de gênero.

Como estudo de caso de caráter exploratório (YIN, 2001), esta pesquisa associa aplicação de *survey* (com perguntas abertas e fechadas) e entrevistas semi-estruturadas com mulheres jornalistas de diversos perfis (faixa etária, cargo, raça e constituição familiar distintos), observando o fenômeno, portanto, a partir de dados quantitativos e qualitativos.

Enquanto investigação empírica, o estudo de caso é indicado à análise de “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p.21). Nesse sentido, a adoção do método se justifica por admitirmos que não se pode observar a atuação das mulheres jornalistas durante a pandemia sem considerar o contexto de precarização do trabalho, isolamento social, trabalho remoto e sobreposições de demandas, que constituem o novo normal⁷ das pesquisadas. Revelou-se indicado ainda por se tratar de um método versátil, capaz de conciliar técnicas micro e macroscópicas, quanti e qualitativas.

Os dados da primeira etapa deste estudo são provenientes da pesquisa “Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia do Covid-19?”, realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). O levantamento, de dimensão nacional, foi aplicado de 5 a 30 de abril de 2020 e objetivou apresentar um diagnóstico sobre como os profissionais da Comunicação desenvolvem suas atividades e quais são os cuidados adotados no dia a dia para se prevenirem do contágio da Covid-19.

Por meio desse instrumento, foram obtidas 566 respostas, das quais 40 foram oriundas do Ceará. Destas, 26 eram de mulheres, 12 delas jornalistas, todas de Fortaleza (CE). Do universo de 12 participantes, colhemos informações sobre condições de trabalho, mudanças na rotina produtiva, ritmo de trabalho, formas de controle e organização de tarefas e percepções mais gerais sobre a prática jornalística em tempos de pandemia. Para tratar mais especificamente de questões de gênero, desenvolvemos uma segunda etapa, desta vez com entrevistas semi-

⁷ GONÇALO JUNIOR. **Novo normal é ainda pior para as mulheres**. Estadão, 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,novo-normal-e-ainda-pior-para-as-mulheres,70003290509> Acesso em: 01 mai. 2020.

estruturadas. Das 12 profissionais, oito se disponibilizaram a participar desse momento.

As entrevistas foram viabilizadas por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. A escolha da plataforma se justifica por três circunstâncias, que, aliás, refletem as particularidades do momento em que a pesquisa é desenvolvida: 1) a impossibilidade de entrevistas presenciais, dada a quarentena; 2) a inviabilidade de entrevistas com horário determinado (por telefone ou videoconferência), pela falta de tempo de algumas participantes; e 3) as dificuldades provocadas pela doença: algumas entrevistadas tiveram suspeita e/ou contraíram o vírus e estavam em recuperação; ou tiveram casos de parentes adoecidos, dos quais precisavam cuidar.

Etapa de Survey

Na pesquisa “Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia do Covid-19?” (CPCT/ECA-USP), 17 mulheres do Ceará mencionaram o jornalismo como sua formação acadêmica e atual profissão. Cinco delas, no entanto, atuam em assessoria de comunicação, marketing e gerenciamento de mídias sociais. Sendo o recorte desta investigação mulheres em cargos de jornalismo (apuração, produção, redação e/ou edição de informações em quaisquer suportes), optamos por refina-la, reduzindo para 12 participantes.

As mulheres da amostra possuem idades entre 30-39 anos (58,3%) e 20-29 anos (41,7%) e são, em sua maioria, solteiras (63,6%). Metade delas têm filhos. Das 12, nove trabalham em veículos de mídia convencionais, duas em veículos de instituições públicas, uma em mídia alternativa.

Em consonância com o fenômeno de pouca incidência de mulheres jornalistas em altos cargos (FIGARO, 2018; MICK, LIMA, 2013), apenas duas das participantes trabalham com edição/coordenação de equipe. Todas as demais se identificam como repórteres e produtoras de conteúdo. As principais atividades que realizam são: apuração, elaboração de pautas, entrevistas e produção de notícias.

Ao serem questionadas sobre o jornalismo ser ou não um serviço essencial (que, portanto, deveria permanecer em atividade, a despeito da paralisação imposta pela quarentena), todas as profissionais responderam afirmativamente. Acreditam que a essencialidade do jornalismo está na capacidade de “orientar sobre prevenção

e cuidados para conter a transmissão” (Participante 7⁸); de mediar discursos de diversos grupos e instituições sociais (médicos, autoridades públicas, população, etc.); difundir informações confiáveis (“atuar no combate às *fake news*” (participante 8); e fiscalizar os investimentos públicos nas ações de contenção da pandemia.

A principal mudança de rotina por elas declarada foi a adoção de *home office* (com produtividade sendo acompanhada virtualmente); seguida da intensificação do trabalho, tornando a “rotina mais exaustiva” (participantes 3 e 11); e do direcionamento de suas pautas à pandemia de Covid-19. Das 12 profissionais, 11 estão trabalhando remotamente. Uma segue em jornada mista (alternando semanalmente casa e redação) e uma precisou continuar se deslocando à redação por não ter conseguido adaptar sua casa ao trabalho. Apenas três participantes - uma editora de veículo multiplataforma e duas repórteres freelancer para veículos nativos online - já trabalhavam em *home office* antes da pandemia e não tiveram grandes mudanças em suas rotinas.

A dependência tecnológica não é o único fator, mas interfere diretamente na viabilidade dessa adaptação. Computadores/*notebooks*, *smartphones* e conexão de internet (doméstica e móvel) foram citados como seus principais meios de trabalho. Para algumas funções, somam-se *webcams*, microfones, *softwares* de transmissão e *streaming*. Quanto mais específicos os aparatos tecnológicos, mais difícil migrar para o *home office*. Em 72,7% dos casos, os equipamentos são de propriedade das trabalhadoras, em 27,3% uma parte foi cedida pela empresa. Em nenhum dos casos, no entanto, os veículos chegaram a montar integralmente uma estrutura de trabalho para as jornalistas.

A organização do trabalho se dá a partir de grupos de *WhatsApp* (11 menções), e-mails (8) e *softwares* específicos para ordenamento de tarefas, como o Trello (3). Apesar do ordenamento remoto, diversas jornalistas reforçaram o quanto o contato presencial, proporcionado pela redação, faz falta durante o processo produtivo. O tempo de resposta das plataformas não substitui a espontaneidade de uma consulta

⁸ Atendendo à solicitação das participantes, optamos por não identificá-las. Convencionamos, portanto, em citações de respostas subjetivas do *survey*, substituir os nomes das jornalistas pelo número de registro no questionário. Na segunda etapa, enumeramos as participantes pela ordem das entrevistas concedidas.

a um colega na mesa ao lado, com quem se pode debater os caminhos da pauta ou compartilhar fontes.

Mencionam ainda como o controle virtual imposto pelas empresas intensifica as demandas e sugere uma relação de desconfiança entre núcleo gestor e trabalhadores: “Acredito que isso tem a ver com um lado conservador das empresas (...) em não conseguir conceber que o profissional segue trabalhando de casa e mantém o mesmo volume de produção” (Participante 2). Ao exigirem uma mensuração quantitativa de uma atividade fundamentalmente intelectual e criativa, as empresas de comunicação interferem não somente no ritmo de trabalho, mas na condição psicológica/emocional das jornalistas, gerando frustração, cansaço, medo, etc. Como afirma Huws (2017), longe de tornar o trabalho flexível e libertador, as novas tecnologias são utilizadas para incrementar o controle das empresas, agindo como meios de dominação. É o que as falas das participantes expressam:

O fato de não sermos observados no serviço intensificou as cobranças e os pedidos de relatórios que dão conta de nossa produtividade, quantitativamente falando (Participante 4).

Somos pressionadas de forma subliminar a produzir mais e a mostrar que somos essenciais, caso não queiramos ser demitidas (Participante 10).

A nova forma de controle incide, por sua vez, no ritmo de trabalho: 54,5% das profissionais afirmam que o trabalho está “um pouco mais pesado” e 36,4% “muito mais pesado”, apesar de apenas cinco das 12 profissionais terem relatado aumento efetivo na carga horária de trabalho. Esse dado sugere que não há necessariamente uma rotina mais extensa, mas certamente mais intensa: “Um dos maiores desafios é não conseguir desconectar-se de tantas informações quando acaba o expediente, nem mesmo nos dias de folga, que também são raros” (participante 4). É o que Marx (2011) define como mais-valor relativo: para aumentar a produtividade, a empresa não amplia o tempo de trabalho, mas exige uma redução no tempo do processo, a fim de que se produza mais durante o mesmo tempo disponível. Isso só é possível através de modificação das condições de produção com incremento tecnológico - evidente no contexto do *home office*.

Em outros casos, o que as trabalhadoras relatam é um aumento de produtividade decorrente do trabalho intermitente (ANTUNES, 2018): a perda da

noção do tempo de trabalho: “Quase full time, pois preciso ficar atenta ao que está saindo nas agências de notícias e demais meios de comunicação” (Participante 12), “Em torno de 8 horas, sem desligar nenhum instante” (Participante 10).

Essa lógica é uma das tendências dominantes no mundo do trabalho decorrente das reestruturações produtivas (ANTUNES, 2018) e que, nesta situação extraordinária da pandemia, apresenta-se com mais proeminência para as trabalhadoras cearenses. No vigente modelo de acumulação flexível, observa-se uma aceleração no tempo de giro e de consumo (HARVEY, 2008): durante a pandemia de Covid-19, tanto as informações sobre a doença (tipos de tratamento, números de infectados e mortos, etc) quanto o consumo de notícias a respeito dela foram intensificados. Nesse sentido, entendem-se por que a limitação das equipes diante do grande volume de dados e as dificuldades de contato com fontes são também apontados pelas trabalhadoras como desafios à cobertura de Covid-19.

Oito das 12 participantes declaram se sentir seguras com as medidas de prevenção contra a Covid-19 adotadas pelas empresas. Várias delas, no entanto, denunciaram que as precauções só foram tomadas após veemente exigência dos repórteres e até contato de profissionais com casos suspeitos e confirmados. “Todos os repórteres paralisaram as atividades por uma hora em um dia da semana e apresentaram essas questões para a direção, que respondeu com algumas medidas efetivas, a exemplo do *home office*” (Participante 7). Dessa forma, foi preciso que os trabalhadores se organizassem coletivamente para pressionar a organização a instituir novos protocolos de trabalho de forma célere.

Sobre os temores das participantes em relação à pandemia, o mais citado é o adoecimento de seus familiares (5 das 12 mencionaram), seguido da contaminação pessoal (4); do colapso do sistema de saúde (3); e dos efeitos da tragédia na sociedade, especialmente na população mais desassistida (3). Quanto ao pós pandemia, as principais preocupações são com o aprofundamento da crise política no Brasil (aumentando, inclusive, os casos de agressões a jornalistas) e, profissionalmente, com a permanência dos reordenamentos produtivos adotados durante o isolamento social.

Entrevistas Semi-Estruturadas

Nesta etapa selecionamos oito das doze participantes cearenses da pesquisa “Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia do Covid-19?”, realizada pelo CPCT/ECA-USP, para recortarmos de forma qualitativa o atravessamento da questão de gênero no novo modelo de trabalho imposto pela pandemia. As entrevistas foram feitas pelas pesquisadoras por meio do aplicativo *WhatsApp*, dada a peculiaridade do momento de isolamento social. As perguntas foram enviadas em texto e as respostas colhidas em áudio⁹.

Há, no discurso das oito participantes selecionadas nesta amostra, uma recorrência com relação ao fato de que o trabalho doméstico antes era uma tarefa alheia ao andamento da atividade profissional, e, neste contexto de isolamento social, passou a ser concorrente do trabalho jornalístico desempenhado ou, pelo menos, passou a ser percebido de forma diferente. A participante 1, jornalista de rádio, é solteira, mora sozinha e aponta que o trabalho doméstico muitas vezes precisa ser desempenhado no período noturno, quando não há mais demandas da redação. A participante 2, repórter de jornal impresso, descreve rotina semelhante e enfatiza que sente que o trabalho doméstico aliado ao trabalho profissional em mesmo ambiente tem tirado quase que inteiramente seus períodos de descanso, afetado o sono noturno ou a obrigado a começar o dia mais cedo.

A participante 3, editora de um jornal multiplataforma, define a junção dos dois trabalhos como um “desafio”. Ela, que é casada e mãe de uma criança dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), relata que os finais de semana que seriam de folga são usados para faxina durante o período de isolamento. A diarista, que desempenhava a função de limpeza da casa, continua sendo paga, mas foi dispensada de seu trabalho durante a quarentena, o que inclui na rotina de trabalho da participante 3 uma função a mais.

As participantes 4, 5, e 7 relataram estruturas de trabalho doméstico onde havia divisão de tarefas entre os demais membros da família. Notamos que há um padrão de desempenho feminino dessa função, sempre centrada na figura da mãe das participantes. A participante 7, jornalista de rádio, relatou que conta com auxílio

⁹ No caso das mães entrevistadas, tornou-se recorrente nos áudios a presença de risos, choros, cantorias e falas das crianças, que, certas vezes, até impossibilitavam as participantes de complementar uma informação ou concluir um pensamento. Como pesquisadoras, entendemos que esse ambiente sonoro presente no material também nos dá indícios do cotidiano desses lares e dessas mulheres, cuja atenção é sempre requerida quando presentes no espaço doméstico.

de uma trabalhadora doméstica contratada, que desde o início da pandemia está em quarentena com a família da participante. A trabalhadora se reveza entre os cuidados com a casa e com o filho da participante, que relatou ter feito a opção de se deslocar até o estúdio, uma vez que a rotina de *home office* não foi compreendida pela criança, que acabava por interferir durante os programas ao vivo. Em todos esses relatos pudemos perceber a divisão sexual do trabalho baseada no fato de que o trabalho doméstico é sempre de competência das mulheres.

É esse trabalho e essa demarcação de gênero que Biroli (2018) e Federici (2019) teorizam como sendo a base do sistema patriarcal no capitalismo, e consistiria numa estrutura de exploração de trabalho não remunerado das mulheres. Salvo um dos casos, onde há uma trabalhadora remunerada, os demais são situações onde outras mulheres foram demandadas do trabalho doméstico não remunerado quando este não pôde, em razão do trabalho jornalístico, ser desempenhado pelas próprias participantes. Atestamos, então, a afirmação de Biroli (2018, p. 23): “A divisão sexual do trabalho se funde com as hierarquias entre mulheres, permitindo padrões cruzados de exploração”.

Algumas das participantes mencionam certa influência do gênero na condução das pautas. A participante 1 relata que trouxe o olhar feminino para abordar a pandemia por meio de temas como o da violência doméstica e fazer reflexões sobre como a Covid-19 impacta especialmente a vida das mulheres. A participante 3 relata também que busca trazer o que acredita ser uma sensibilidade inerente ao feminino para as pautas, e abordar, para além da questão de saúde, assuntos como a solidariedade nascente em momentos de crise. Aqui, notamos o que Federici (2019) pontua como sendo a sexualização do trabalho feminino, que esse labor como algo naturalizado, um atributo feminino, algo pelo qual todas as mulheres são caracterizadas por ele.

Há ainda um padrão de relatos considerados inteiramente positivos pelas pesquisadoras. A participante 4, repórter de mídia alternativa, relata um ambiente não sexista, onde todos têm feito trabalho *home office*. A equipe, relata ela, é majoritariamente feminina e o direcionamento é que todos os integrantes da equipe não se exponham ao vírus e trabalhem em segurança da mesma forma. Durante o período de isolamento todas as pautas de rua foram suspensas.

Todas as participantes narraram situações onde se sentiram acolhidas pela chefia para falar sobre intercorrências próprias do *home office*. Apesar de um cenário onde “nada é adequado”, como discorreu a participante 1, questões como conexão de internet instável e limitações do aparato tecnológico pessoal foram prontamente atendidas e levadas em consideração na avaliação da produtividade das participantes. A participante 7, repórter de redação integrada, relatou uma situação onde havia feito um obituário especialmente carregado emocionalmente, e, no dia seguinte, por iniciativa de um colega, foi poupada de fazer cobertura semelhante, uma forma de ser resguardada da demanda emocional que traria a pauta.

No entanto, notamos que as participantes que estão na cobertura *in loco*, na rua, em contato direto com possibilidades de contágio, não gozam de privilégios baseados em gênero ou no fato de serem mães. A participante 5, fotógrafa *freelancer* e mãe, relata que não há distinção alguma na divisão de pautas. A participante 7 percebe companheiras de redação cujas editorias exigem a cobertura na rua sendo pautadas indistintamente ao gênero. É o que Antunes (1999) pontua como uma das características de precarização do trabalho das mulheres.

Pelo menos três das mulheres com as quais conversamos foram duramente penalizadas pelo novo modelo de trabalho: duas tiveram seus contratos suspensos (uma logo após se recuperar de Covid-19 e a outra - mulher negra, mãe solo - porque não possuía conexão de internet doméstica e equipamentos para instalar *home office*) e a última precisou se submeter à ida diária ao estúdio porque a filha de três anos “não entendia o trabalho” e requeria atenção da mãe durante as entradas ao vivo.

Sobre a ingênua incompreensão dos filhos, outra participante, cujo esposo é também comunicador, relatou - emocionada - a frustração do filho de dois anos por não poder abraçar o pai e a mãe quando chegam do trabalho. É preciso, antes, deixar os sapatos fora de casa, tomar banho, colocar roupas para lavar, higienizar equipamentos e torcer para, assim, estarem protegidos. Não estavam. O esposo - enviado para uma matéria sobre sintomas de Covid-19, entrevistando casos suspeitos - adoeceu. Restou à participante dividir os cuidados da criança com a mãe, hipertensa, e temer por ela mesma, também diariamente exposta em pautas externas.

De casa, muitas entrevistadas se sentem minimamente protegidas do contágio, mas não das cobranças (implícitas e explícitas) do trabalho intensificado e da ameaça do desemprego - fantasma que as ronda constantemente. E, assim, meneiam numa corda bamba emocional entre o desejo e o medo do futuro.

Considerações Finais

Os casos que aqui detalhamos lançam luz sobre as particularidades da precarização do trabalho de mulheres no jornalismo durante a pandemia de Covid-19. Com base na amostra investigada, este estudo de caso exploratório conclui que as jornalistas cearenses têm atuado majoritariamente em regimes de *home office* e rodízio redação-casa. Para tanto, precisaram adaptar equipamentos e espaço domiciliar, despendendo recursos próprios. Além da estrutura, também a rotina dessas mulheres precisou ser adaptada. Notamos que, para que tanto *home office* quanto rodízio fosse possível, algumas mulheres precisaram terceirizar o trabalho doméstico, muitas vezes para outra figura feminina, seja mãe ou trabalhadora remunerada. Elas constroem assim uma “hierarquia entre mulheres”, uma estrutura que erige padrões de exploração mesmo dentro da divisão sexual do trabalho (BIROLI, 2018).

Observamos que, especialmente no trabalho doméstico, há uma ausência dos homens. Quando mencionados, as participantes relatam que eles desempenham tarefas como o cuidado dos filhos e a saída para compras. Não há relatos expressos dos homens atuando especificamente na limpeza da casa. Aqui, vemos o gênero como eixo de uma separação de tarefas, e concluímos que essa divisão faz conexão entre sexo biológico e habilidades e pertencimentos em matéria de cuidado, ou seja, os padrões patriarcais são reproduzidos nesse cotidiano doméstico.

No cuidado com os filhos há padrão semelhante. A maioria das participantes relatou a presença dos companheiros no rodízio de atenção dispensada às crianças. Quando há também a necessidade laboral do companheiro, são as figuras das mães ou da trabalhadora remunerada que entram em cena. Mais uma vez a “hierarquia entre mulheres” é detectada. (BIROLI, 2018).

Já na divisão sexual do trabalho, quando se trata de assumir pautas com risco de exposição à doença, não há diferenciação por gênero. Como pontua uma das entrevistadas, o critério de divisão de pautas recai sobre o desempenho: a rapidez

em cumprir a demanda solicitada - o que dialoga diretamente com a lógica de produtividade adotada pelas empresas no âmbito do modelo de acumulação flexível. Se, para a produção, o trabalhador é assujeitado/despersonalizado, entendido como peça substituível e reposicionável da empresa flexível, por outro lado, para as condições de contratação e promoção, por exemplo, a mulher ainda é mulher (e, portanto, suscetível à precarização).

Essa mesma lógica de produtividade se performa de outros modos durante o trabalho remoto: com a irrelevância do espaço e a aceleração do tempo, a exploração do trabalho é ampliada em número de horas e em intensidade, bem como o controle da empresa: uma concentração de poder sem centralização, diluindo-o em todo e nenhum lugar. A organização de tarefas não-presencial impacta ainda aspectos técnicos (a dificuldade de debater as pautas durante o processo produtivo interfere na qualidade do produto final) e subjetivos, já que a comunicação entre colegas de trabalho é admitida, entre outros, como atenuante do sofrimento psíquico diariamente imposto pela rotina produtiva.

O panorama aqui apresentado ajuda a entender por que, entre os temores relativos ao pós pandemia, algumas participantes mencionaram a adoção permanente do *home office* - por elas interpretada como uma medida interessante (pois lucrativa) para as empresas, mas problemática para muitas delas. Enquanto pesquisadoras, devemos, portanto, ficar atentas em como esses índices de radicalização da precarização do trabalho podem aumentar em longo prazo as desigualdades de gênero, requerendo assim que as mulheres intensifiquem sua luta em prol da transformação da realidade.

Referências

- ADGHIRNI, Z.; PEREIRA, F. H. O Jornalismo em tempos de mudanças estruturais. *Intertexto*, Vol. 1. Nº 24, p. 12-22, 2011.
- AKOTIRENE, Carla. *O Que é Interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6.ed. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BOLTANSKI, LUC; CHIAPELLO, ÈVE. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Estação das Letras e Cores, Edição Kindle, 2019, Não Paginada.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

DARDOT, Pierre. e LAVAL, Christian. **La nueva razón del mundo. Ensayo sobre la sociedad neoliberal**. Barcelona: Editora Gedisa, 2013.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, v.4, n.2, jul/dez 2016, pp. 6-21.

EMPRESAS pressionam jornalistas cearenses por cortes de salários e suspensão de contratos. Sindjorce, 2020. Disponível em: <<http://www.sindjorce.org.br/empresas-pressionam-jornalistas-cearenses-por-cortes-de-salarios-e-suspensao-de-contratos/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FÍGARO, Roseli (org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional**. In Brazilian Journalism Research (BJR).v. 14. n ° 2, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1988, série Princípios.

FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e astúcia da história**. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUWS, Úrsula. **Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 13-30, Jan./Abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n70/02.pdf>

HUWS, Úrsula. **A formação cibertariado. Trabalho virtual em um mundo real**. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

ÍNDICE Mundial da Liberdade de Imprensa 2020: **“Estamos entrando em uma década decisiva para o jornalismo e o coronavírus é um multiplicador”**. Repórteres Sem Fronteiras, 2020. Disponível em: <<https://rsf.org/fr/classement-mondial-de-la-liberte-de-la-presse-2020-nous-entrons-dans-une-decennie-decisive-pour-le>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

LELO, Thales Vilela. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. 2019. 1 recurso

online (231 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

LUBIANCO, Julio. **Sem Trabalho Remoto: repórteres fotográficos estão na linha de frente da cobertura da pandemia de COVID-19 na América Latina**. Knight Center, 2020. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-21764-sem-trabalho-remoto-reporteres-fotograficos-estao-na-linha-de-frente-da-cobertura-da-p>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MANIFESTO | #JornalistasSalvamVidas. FENAJ, 2020. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/manifesto-jornalistassalvamvidas/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MARQUES, José. **TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha**. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MICK, Jacques., LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

RICCO, Flávio. **Coronavírus faz disparar audiência da TV por assinatura**. UOL, 2020. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/colunas/flavio-ricco/2020/03/30/coronavirus-faz-disparar-audiencia-da-tv-por-assinatura.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2020

RUDNITZKI, Ethel; SCOFIELD, Laura. **Epidemia de Fake News**. Agência Pública, 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/epidemia-de-fake-news/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

STEARNS, Josh. **Acts of Journalism: Defining Press Freedom in the Digital Age**. New York: Free Press, 2013.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.